

## Lula em 3D na ONU



Por **SANDRA BARBOSA PARZIANELLO\***

*A tríade conceitual que reposiciona o Brasil no tabuleiro global — democracia como antídoto ao autoritarismo, desenvolvimento como projeto de justiça social e defesa como exercício de soberania cooperativa*

### 1.

O mês de setembro foi marcado pela 80ª Assembleia Geral da ONU, realizada em Nova York. O atual Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, é o chefe de estado brasileiro que mais vezes discursou nesse encontro e, nesse ano, apresentou ao mundo uma agenda pautada em três dimensões: a reafirmação da democracia como pilar civilizatório em tempos de autoritarismo; o desenvolvimento como condição para enfrentar desigualdades e crises globais; e a defesa não apenas do território e da soberania, mas da paz e da cooperação internacional.

Lula representou e reposicionou o Brasil, diante de líderes globais e da opinião pública, a imagem de um país que busca afirmar-se no tabuleiro geopolítico, integrado ao conjunto dos 193 Estados-membros da ONU.

O legado mais marcante dos governos Lula está diretamente ligado à vida real do povo, especialmente, no enfrentamento da miséria e no fortalecimento de políticas sociais. Caso como de iniciativas de desenvolvimento social a exemplo dos programas “Bolsa Família” e “Fome Zero” e que alcançaram reconhecimento internacional, inclusive da própria ONU, retirando o Brasil do mapa da fome e reposicionando o país por seu protagonismo e os avanços significativos nas relações internacionais.

Desde 2003, início de seu primeiro mandato, Lula discursou em pelo menos nove Assembleias da ONU, além de ter feito um pronunciamento em uma reunião preparatória ao debate da Assembleia Geral, em 2005. Nos discursos de seu primeiro governo (2003-2006), o eixo central esteve voltado para a defesa da democracia associada à justiça social como fundamento da paz mundial.

Lula defendeu a construção de um ambiente global democrático, com respeito ao direito internacional e a favor do desarmamento. Enfatizou a erradicação definitiva da fome, o que qualificou como uma emergência e enquanto uma tarefa civilizatória indispensável para enfrentar desigualdades em defesa da paz: “Em nome do povo brasileiro, reafirmo nossa crença nas Nações Unidas. Seu papel na promoção da paz e da justiça permanece insubstituível” (LULA, 2003).

Na ocasião, foram destacados valores caros aos povos como honra e dignidade, em referência à bandeira erguida para o Brasil: liberdade e paz, alcançadas pelo diálogo justo, coerente e solidário.

A conjuntura era de precariedade e exigia um esforço acelerado para o fortalecimento institucional, ações conjuntas e urgência nas decisões. “Nossa tarefa central é preservar os povos do flagelo da guerra. Buscar soluções negociadas com base nos princípios da Carta de São Francisco” (LULA, 2003) – numa referência à Carta das Nações Unidas, assinada em

# a terra é redonda

São Francisco (1945), após o término da Conferência das Nações Unidas.

O discurso do chefe de Estado brasileiro colocou a ONU como protagonista. Ao evocar a Carta, reiterou seu compromisso com a vida, com as futuras gerações e com a defesa dos direitos humanos, visando ao progresso econômico e social. Voltado especialmente à luta pelos pobres, Lula defendeu “a reforma do modelo de desenvolvimento global e a existência de instituições internacionais efetivamente democráticas, baseadas no multilateralismo, no reconhecimento dos direitos e aspirações de todos os povos” (LULA, 2004).

O próprio histórico de vida, em condições de precariedade e vulnerabilidade social, reforçou simbolicamente o peso de suas palavras, como o líder de uma nação para o mundo. Sua imagem passou a mobilizar o imaginário dos que sofriam com a fome, a miséria e o abandono, sensibilizando não só aqueles considerados, socialmente, invisíveis.

Lula era a personificação da sensibilidade diante da pobreza extrema, pois havia experimentado os infortúnios pelos próprios eventos vividos – e preparou-se, com essa experiência, na esperança de transformar o Brasil.

## 2.

Um dos pontos centrais da política externa brasileira contemporânea foi a reforma do Conselho de Segurança da ONU. Em 2003, Lula atribuiu ao chanceler Celso Amorim a tarefa de conduzir a pauta. Amorim manifestou de forma enfática o desejo do Brasil de conquistar um assento permanente no Conselho. Para isso, o país mobilizou significativa energia diplomática e a liderança assumida na missão de estabilização do Haiti foi interpretada como um esforço para demonstrar à comunidade internacional a capacidade brasileira de assumir maiores responsabilidades naquele organismo.

Nesse contexto, ocorreu a campanha em favor da reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), por meio da qual o Brasil almejava conquistar um assento permanente. O governo evidenciou sua disposição em assumir parte dos custos das ações de pacificação, como parte de uma estratégia mais ampla de inserção internacional. Essa demonstração de compromisso baseava-se em uma lógica de custo-benefício, buscando reafirmar a capacidade e a vontade do país de contribuir para a obtenção de ganhos coletivos decorrentes de um sistema internacional mais estável.

Lula delineava uma estratégia de intervenção no cenário internacional, no âmbito da ONU, com o objetivo de garantir ao Brasil um assento permanente no Conselho de Segurança. Em contraposição à lógica vigente do sistema multilateral, sua política externa fundamentou-se na defesa da reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas e na valorização de uma agenda voltada aos países do Sul global.

No primeiro mandato, o presidente Lula enfatizou, em diversos discursos proferidos em cerimônias e encontros oficiais ao redor do mundo, que uma das metas centrais de seu governo consistia em contribuir para a formação de uma “nova geografia econômica e política mundial”. O objetivo era fortalecer e ampliar a “cooperação Sul-Sul”, diretriz que se manifestou com clareza em sua intervenção na sessão de debates da XI Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD).

Na ocasião, afirmou que, embora “o Norte desenvolvido continue sendo parceiro valorizado e indispensável (...), é preciso criar novas oportunidades e fomentar parcerias que explorem as complementaridades entre as economias do Sul” (LULA, 2004).

Na defesa dos interesses nacionais no cenário internacional, desde a primeira vitória (2002), Lula intensificava o discurso e salientava as promessas de campanha sobre a política social com o combate à miséria, à fome, com a geração empregos, a articulação à exportação, além do fortalecimento da política externa para integração dos países do Mercosul. “Queremos impulsionar todas as formas de integração da América Latina que fortaleçam a nossa identidade histórica, social e cultural” (2003).

Havia um compromisso de origem, em reafirmar com o povo brasileiro, com o fortalecimento de organismos internacionais, especialmente na ONU. Havia um governo comprometido com o bem-estar do povo, com empreendimento no Estado e na defesa do multilateralismo entre os países do Mercosul, refletidos em laços de amizade e cooperação entre os países vizinhos.

Conforme os teóricos políticos Ernesto Laclau e Chantal Mouffe: “A autonomia do Estado como um todo – assumindo, por um momento, que possamos falar dele como uma unidade – depende da construção de um espaço político que só pode ser o resultado de articulações hegemônicas.” (2015, p. 220).

### 3.

Em Nova York, por ocasião da reunião de cúpula dos países membros do Conselho de Segurança das Nações Unidas, o presidente afirmou: “Não é admissível que o conselho continue a operar com um claro déficit de transparência e representatividade (...). A Missão de Estabilização das Nações Unidas está oferecendo um novo paradigma de resposta aos desafios da solução dos conflitos e da reconstrução nacional (...) sem truculências ou imposições.” (LULA, 2005).

Havia, por parte do governo, a constante preocupação em dar respostas à sociedade, que toma o povo como o grande capital político, mas também social. A credibilidade, recaiu sobre o sujeito político Lula, sobretudo, naquele que ascendeu ao poder mesmo com um histórico de vida pobre, que morou em casebre, andou descalço e passou fome. Portanto, tirar povos de situações de conflito, violência e imposições, também é sinônimo de resgatar o povo da fome, com a obstinação pessoal e institucional do lulismo.

Honrar o capital político conquistado se tornou prioridade porque o povo apostou na mudança através do voto, porque queria outra história para o país e como forma de acreditar e apostar na esperança. “A fome e a pobreza afetam a capacidade de trabalho, as condições de saúde, a dignidade e as esperanças (...) Desatam um círculo vicioso de frustração e indignidade, que é terreno fértil para a violência, as crises e conflitos de toda ordem.” (LULA, 2005). O presidente se refere aos atos do terrorismo, tendo como as maiores vítimas, pessoas inocentes e indefesas.

Segundo Laclau e Mouffe (2015), nenhuma lógica hegemônica pode dar conta de uma totalidade do social, ou seja, nenhuma determinada identidade pode representar o todo social, pois todo processo hegemônico enfrenta uma relação de antagonismos. Lula manifestava a preocupação com o multilateralismo, no âmbito regional das relações com os países do Mercosul e com o mundo, ao depositar na ONU a confiança e a possibilidade de mudanças no debate público.

No Discurso de Abertura do Colóquio “Brasil: Ator Global”, menciona: “Com a criação da ONU, há exatos 60 anos, a comunidade internacional encontrou um novo caminho para enfrentar os problemas da paz e da segurança (...). Prolongadas injustiças, não raro em um contexto de pobreza e de privação, continuam a desestabilizar regiões inteiras, como é o caso do Oriente Médio ou de extensas áreas do continente africano.” (LULA, 2005).

O governo mantinha o foco: garantir ao povo brasileiro as condições com que pudesse tomar seu café da manhã, almoçar e jantar. A política inclusiva, promovida por Lula, possibilitou que milhões de cidadãos saíssem da extrema pobreza, conforme o cadastro dos brasileiros nos programas de transferência de renda do governo federal. O Brasil saiu do mapa da fome da ONU e o Programa Bolsa Família (BF), foi um dos principais programas estruturantes, a favor das políticas públicas.

Em Nova York, em mais um encontro da ONU, Lula afirmou que, desde o seu primeiro discurso, nos EUA, em 2003, “o nível de emprego aumentou e a renda aumentou (...). A luta contra a fome passa por uma ordem mundial que tem o desenvolvimento social em primeiro plano. (...) É necessário nos libertarmos das amarras das barreiras comerciais, dos subsídios agrícolas e de um apoio distorcido dos países desenvolvidos. (LULA, 2006).

Segundo o presidente, o Brasil havia avançado no combate à fome e à pobreza, além de ter promovido a diminuição do

desemprego e o aumento do poder aquisitivo. O “Bolsa Família”, muitas vezes batizado como política assistencialista, em especial pela oposição, possibilitou a distribuição de renda, a ampla engenharia no combate à pobreza e elevou a posição do Brasil aos olhos do mundo.

#### 4.

Segundo o pesquisador da Universidade Federal de Pelotas, Daniel de Mendonça (2003; 2012), a lógica antagônica possibilita compreender as relações políticas a partir de identificações, demonstrando que tais lutas não resultam de identidades prontas, mas sim, as formam. Neste sentido, a realidade social não pode ser simplesmente descrita por relações preestabelecidas, mas sua complexidade aparece no instante em que tais relações se mostram sempre precárias e contingentes – o momento de suas formações a partir de determinadas disputas por sentidos.

Assim, na posição de sujeito político, o presidente Lula articulou a ideia de união e amizade, aspectos essenciais para a boa convivência entre os povos, fundamental para os negócios, das as oportunidades e a eficiência.

Naquele cenário, o povo brasileiro foi o beneficiado no contexto internacional, graças à projeção dada pelas lideranças do Brasil em fazer o dever de casa. Lula, marcado como homem do povo e “pai dos pobres”, procurava garantir o resgate da dignidade dos mais de 30 milhões de brasileiras e brasileiros, os quais passaram a viver com fome ou em estado de “insegurança alimentar”, termo definido pela agência das Nações Unidas (1996) – Organização para a Alimentação e Agricultura (FAO) – ao designar uma situação quando as pessoas carecem do acesso seguro à quantidade suficiente de alimentos e nutritivos para o crescimento e desenvolvimento para uma vida ativa e saudável.

Enquanto isso, na assembleia da ONU, Lula reforçou que: “ (...) a busca de uma nova ordem mundial, mais democrática e justa, não interessa apenas aos países pobres ou às nações emergentes (...) se não cometerem o desatino de ignorar o terrível clamor dos excluídos (...). Só haverá segurança no mundo se todos tiverem direito ao desenvolvimento econômico e social.” (LULA, 2006). O lulismo passou a descortinar os problemas estruturais que sustentam uma elite e que coloca o Brasil em vulnerabilidade com os piores indicadores sociais.

Esse fenômeno tratou de mobilizar o povo trabalhador em torno das bandeiras que movem as políticas públicas e sociais, econômicas e de combate ao crime. A partir de 2006, o Brasil apresentou certa estabilidade política, social e econômica, o que ampliou as estratégias para a redistribuição de renda e o acesso à educação universitária, mesmo mantendo políticas de combate à fome, bandeira prioritária nesse século XXI.

Apesar do bom desempenho e da capacidade de articulação política internacional, o Brasil – classificado entre os países emergentes – também foi impactado pelos efeitos da crise financeira global de 2008. Naquele momento, assim como em episódios mais recentes, os Estados Unidos desencadearam fortes turbulências econômicas a partir da chamada “bolha imobiliária”, provocada pelo aumento abusivo nos preços dos imóveis e, sobretudo, pela elevação dos juros dos empréstimos bancários, desconectados da capacidade de renda da população.

Economistas de diferentes países consideraram como a pior crise desde a Grande Depressão, resultado direto da valorização artificial do setor imobiliário. A expansão desenfreada do crédito culminou, em setembro de 2008, na falência do banco norte-americano Lehman Brothers, que não recebeu socorro financeiro do governo. O colapso, como uma avalanche, levou à queda acentuada das bolsas de valores ao redor do planeta, configurando-se como a mais severa crise econômica mundial do período contemporâneo.

Na época, a situação refletia uma crise global de confiança dos investidores, que se traduziu em uma significativa valorização do dólar devido ao resgate massivo de aplicações financeiras. Em resposta, a articulação política concentrou esforços em parcerias público-privadas com o objetivo de promover a redução da pobreza, a redistribuição de renda e o incremento dos investimentos públicos e internos. Essas estratégias apresentaram-se como uma resposta adequada frente aos desafios impostos pela crise internacional.

Na 63ª Assembleia da ONU, Lula destacou: “somente a ação determinada dos governantes (...) será capaz de combater a desordem que se instalou nas finanças internacionais, com efeitos perversos na vida cotidiana de milhões de pessoas” (Lula, 2008), sublinhando a necessidade do líder político diante da turbulência global. Inserido em um cenário que assombrava o Brasil e o mundo, o presidente alertava sobre a maior injustiça: “A ausência de regras favorece os aventureiros e oportunistas (...). É inadmissível, dizia o grande economista brasileiro Celso Furtado, que os lucros dos especuladores sejam sempre privatizados e suas perdas, invariavelmente socializadas” (Lula, 2008). Sua postura revelava o desejo de enfrentar a adversidade, com a mesma resistência do povo brasileiro.

## 5.

Os projetos de articulação política mantiveram, ao longo dos anos, uma linha discursiva coerente, perceptível no último pronunciamento de seu segundo mandato na ONU, quando avaliava a precariedade e os efeitos da crise: “Foi a apologia perversa do Estado mínimo, atrofiado, fragilizado, incapaz de promover o desenvolvimento e de combater a pobreza e as desigualdades (...). A verdadeira raiz da crise foi o confisco de grande parte da soberania popular e nacional – dos Estados e dos governos democráticos – por circuitos autônomos de riqueza e de poder” (Lula, 2009).

Com o conhecimento de homem público, o presidente sintetizava em poucas palavras para o mundo o flagelo que a disputa pelo poder impunha aos “sem parte” naquele momento histórico. Apesar dos esforços de governos democráticos, a soberania popular permanecia sequestrada por aqueles que, acumulam lucros e aprofundam a precariedade marcada pela fome.

Na recente participação do presidente Lula na Assembleia Geral da ONU, em seu terceiro mandato, mais uma vez os três temas centrais emergem de seu pronunciamento: a defesa da democracia, a busca por um desenvolvimento inclusivo e sustentável, e a reafirmação da defesa da soberania e da paz mundial.

Esses três eixos delineiam o projeto político e diplomático do Brasil, destacando a importância do discurso político para reposicionar o país no cenário internacional. Lula retoma o compromisso brasileiro com a democracia diante dos desafios contemporâneos, especialmente, após as ameaças recentes ao sistema eleitoral e à ordem política.

Seu discurso enfatiza a participação popular, eleições transparentes e o fortalecimento das instituições, reforçando a ideia de uma nação que resiste ao autoritarismo e defende os valores republicanos. Essa afirmação é fundamental para restaurar a confiança interna e externa no país.

A dimensão do desenvolvimento, presente no discurso, vai além dos indicadores econômicos tradicionais para abordar a sustentabilidade, a inovação e a inclusão social. Lula referencia conquistas passadas no combate à fome e à pobreza, relacionando-as com os desafios do contexto atual marcado por crises globais e desigualdades persistentes.

O presidente propõe um papel ativo do Estado no fomento de políticas públicas que assegurem crescimento equitativo e tecnologias verdes, posições que pretendem guiar a agenda global do Brasil. Na dimensão da defesa, Lula articula uma visão dupla: a proteção da soberania nacional brasileira e a busca pela paz mundial.

Seu discurso na ONU destaca o compromisso do Brasil com o multilateralismo e a necessidade de reformas institucionais para que os países do Sul Global tenham voz ampliada. Trata-se de um projeto que combina prudência estratégica com a promoção da cooperação internacional, afastando o país de lógicas unilaterais e bélicas.

Vimos que ao articular as três dimensões – democracia, desenvolvimento e defesa (os 3Ds) – o governo brasileiro reforça perante o mundo, e a constrói, uma narrativa tridimensional que expressa o posicionamento do Brasil como uma potência em ascensão com um compromisso ético e político renovado.

A retórica presidencial espelha não apenas um retorno ao protagonismo internacional, mas um convite à reconstrução de

# a terra é redonda

uma ordem mundial pautada na justiça social, na soberania dos povos e na governança global inclusiva. O Brasil se constrói como verdadeiro celeiro para o desenvolvimento, que se concretiza quando as políticas públicas deixam de ser meros instrumentos retóricos e se transformam em pontes que conectam a justiça social ao progresso sustentável.

*\*Sandra Barbosa Parzianello é pós-doutoranda em Desenvolvimento e Políticas Públicas na Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS).*

---

**A Terra é Redonda existe graças aos nossos leitores e apoiadores.**

**Ajude-nos a manter esta ideia.**

**CONTRIBUA**

A Terra é Redonda